

Hoje é um dia muito triste para este Parlamento. É um dia em que a lealdade, o companheirismo e o respeito deram lugar à desconfiança, à traição e à infidelidade política escancarada. Nos últimos dias, veio a público um áudio clandestino, gravado dentro do gabinete da Presidência desta Casa, envolvendo uma conversa particular entre mim e a vereadora Luana Serrão. Essa gravação foi editada e utilizada de forma a tentar me constranger e me chantagear para atender a interesses pessoais, inclusive com a tentativa de convocação de terceiros para uso desta tribuna, algo que não se coaduna com a liturgia e a seriedade desta instituição. Não falei nada que desabone a minha conduta como presidente desta Câmara. Muito pelo contrário: o conteúdo da conversa revela o meu caráter conciliador e o meu desejo de recompor pontes, de manter a harmonia no nosso partido e de garantir que a vereadora pudesse seguir seu mandato sem maiores problemas. Meu esforço sempre foi no sentido de evitar um processo por infidelidade partidária e preservar o mandato conquistado nas urnas. Mas precisamos ser claros: o que aconteceu não é um mero desentendimento entre colegas. Foi um ato de traição política, um atentado contra a confiança que deve existir entre nós, vereadores, e um grave precedente para a democracia desta Casa. Se normalizarmos a prática de gravações clandestinas e edições maliciosas, amanhã qualquer um de nós poderá ser vítima de manipulações, chantagens e ataques covardes.

Este ato não atinge apenas a minha honra pessoal — ele atinge a própria Câmara Municipal de Macapá. Ele mancha a imagem desta instituição perante a sociedade e coloca em risco a credibilidade do Parlamento, que deve ser um espaço de diálogo franco, mas também de lealdade entre seus membros. Como disse Ulysses Guimarães: “Traidor é pior do que o inimigo declarado, porque fere pelas costas e ataca quando menos se espera.” Essa frase resume o que aconteceu. A atitude da vereadora não fortaleceu a democracia; ao contrário, enfraqueceu o nosso pacto de convivência e respeito mútuo. Dada a gravidade da situação e por entender que este ato fere frontalmente o decoro parlamentar, anuncio que o caso será remetido à Procuradoria-Geral desta Câmara para que emita parecer jurídico sobre os fatos. Considerando que a conduta da vereadora atinge diretamente um membro da direção desta Casa, e uma vez enquadrado o caso como quebra de decoro parlamentar, será imediatamente encaminhado ao Conselho de Ética para que adote todas as medidas cabíveis, com o rigor e a celeridade que a situação exige. Esta não é uma decisão pessoal, mas institucional, porque compete a nós, enquanto Poder Legislativo, proteger a integridade desta Câmara e fazer valer o respeito às regras que nos regem. Que fique claro: divergências políticas devem ser resolvidas com coragem e transparência, no debate público, e não com artifícios sorrateiros ou gravações clandestinas. Esta Casa não será refém de práticas que envergonham a

democracia e expõem seus membros ao ridículo. Não permitiremos que a intriga se torne método nem que a traição se torne regra. Muito obrigado.”

**Pedro Dalua**

**Presidente da Câmara Municipal de Macapá.**